

Considerações sobre a supervisão

Luís Carlos Menezes

O autor constata que sua visão dos problemas e processos psíquicos envolvidos numa supervisão permanece, no essencial, inalterada desde o artigo de 1988, e retoma a advertência de Pontalis quanto à arrogância das palavras.

A convite dos editores da revista *Percurso*, retornei a um pequeno artigo meu publicado em seu primeiro número, há quase duas décadas, para concluir que eu não tinha hoje uma maneira de ver diferente daquela. Impressão que pode soar ao mesmo tempo meio pretensiosa e desfavorável, se tomada como argumento de que evoluo pouco. Mas talvez as questões na psicanálise não se alterem tanto nem tão rapidamente quanto se diz com insistência nas “denúncias”, repetidas à exaustão, relativas à celeridade de nossos tempos e à homogênea superficialidade de tudo o que aí acontece.

O que chamei de enfoque “pedagógico” na supervisão tem como lastro ou implícita a convicção do supervisor em relação a um dado corpo de conceitos e de modelos que os torne demasiado presentes ao escutar o colega, isto é, mais atrapalhando que ajudando, exceto pela segurança que toda certeza dá. O afunilamento pedagógico da escuta em supervisão é resultado do efeito redutor de paradigmas que aprisionam o pensamento ao invés de nutri-lo, por uma relação de aderência

identificatória, dos *a priori* não digo partilhados mas cimentadores, na linha do que pode haver de massificante na psicologia do grupo, lá onde o sujeito encontra suas garantias, por vezes sólidas garantias.

Isso tem a ver com o debate sintomático, fastidioso, sempre reaparecendo em clima de preguiça da inteligência, sobre a cientificidade da psicanálise, outrora justificado pela busca de respeitabilidade para o novo tratamento psíquico que cura pela fala, como na magia e nos milagres dos santuários enquanto que outros, mais sabidos, explicarão que o motivo dessa preocupação é a herança do “positivismo” de Freud¹.

Essa preocupação aparece também como tortura e gosto obsessivo pela certeza familiar das coisas bem comportadas, cada uma em seu lugar, buscada justamente num campo em que a única fonte possível de revelação é o que escorrega. Atualmente, tudo isto junto está culminando no

Luís Carlos Menezes é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Analista Didata e Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

É do trabalho
analítico que pôde acontecer
na análise do analista
que depende a sua margem
de possibilidades, a sua aptidão para o risco
da entrega à escuta,
risco de se haver com a condição
de “não saber”,
condição para que surjam
palavras com o poder de *dizer*.

empenho de “psicanalistas-pesquisadores” em busca de critérios de eficácia mensuráveis por protocolos baseados em dados objetivos, irrefutáveis, ou melhor, com a qualidade de serem refutáveis, e que têm recebido, anualmente, centenas de milhares de dólares da IPA, por exemplo, para fazer isto. Enfim, a psicanálise não dispõe do farto suporte financeiro dado por laboratórios produtores de psicofármacos.

O problema da cientificidade hoje, assim como a resposta que está sendo dada a ele é, pois, bem terra a terra, em especial na Alemanha e outros países do primeiro mundo, e diz respeito à concorrência comercial e à necessidade de convencer o freguês, que não é propriamente o paciente, e sim as empresas e serviços de previdência, de que nosso produto funciona pelo menos tão bem quanto o dos concorrentes. O que, convenhamos, tendo em vista o critério da relação custo-benefício mensurável, não é tarefa fácil.

Só rezar para que nenhum deles encontre esta jóia de “marketing” da psicanálise nascente, nos *Estudos sobre a histeria*² onde, depois de expor detalhadamente o novo método de tratamento e de mostrar com riqueza de detalhes o quanto este é trabalhoso tanto para o “médico” como para o paciente, S. Freud explica que, caso dê certo (pode acontecer...) a pessoa terá a chance de sair da miséria neurótica (histérica, para ser preciso) para cair na infelicidade comum. Aí, até que o concorrente poderia entender que então não o ameaçamos tanto assim, pois poderá ainda, mesmo que a psicanálise “dê certo”, continuar vendendo o seu Prozac para dar um jeito na infelicidade comum! Nesta lógica brincalhona, o grande concorrente do Prozac não seria a psicanálise, e sim as religiões e todos os movimentos exaltantes em torno de ideais, bons ou ruins. E estes estão em crise ao mesmo tempo em que estão em alta, pelo menos em sua versão religiosa.

Eu não perdi o fio do que estava falando, pois importantes desenvolvimentos no campo da psicanálise podem, como bem sabemos, vir a ocupar, para analistas que neles se reconhecem e neles se abrigam, o lugar obturante de aderências subjetivas garantidoras de certezas, num mau passo, pois o que tinham ido ali buscar era estímulo, era referência possibilitadora, condição para poder ser psicanalista junto a um outro, analisando ou colega que fala de um caso. Essas aderências se sustentam não só da busca de segurança contra a angústia das incertezas, do desamparo (o de não pertencer, o de estar de fora de um grupo homogêneo sendo uma de suas formas mais temíveis)^{3,4}, como de seu reverso, o apego amoroso, angústia e apego que constituem o miolo da transferência e que desafiam a sua analisabilidade⁵. É do trabalho analítico que foi possível, que pôde acontecer na análise do analista que depende a sua margem de possibilidades, a sua aptidão para o risco da entrega à escuta, risco de se haver com a condição de “não saber”, condição para que surjam palavras com o poder de *dizer*.

No trabalho anterior, me ocorreu mencionar um episódio com uma supervisora nos meus primeiros anos como analista. Lembro agora, a propósito, algo ocorrido com outro supervisor. A análise que ele vinha acompanhando em supervisão interrompera-se, nada de grave, eu estava em Paris e a pessoa que era brasileira tinha que voltar para seu país. Mas eu queria continuar a supervisão e ocupei um horário inteiro contando-lhe sobre outro paciente que estava talvez havia já um ano comigo. O analista me disse que não conseguia perceber bem o caso, que achava que não podia supervisioná-lo. Insisti para que me ouvisse falar dele mais uma vez. E, de novo, meus esforços esbarraram na confissão do supervisor de não ter o que dizer que fizesse sentido para ele. Precisei ainda insistir, ape-

lando para uma terceira vez, como nas histórias inventadas, embora esta seja verdadeira, para que ele começasse a se sentir em sintonia com o caso.

Trabalhamos a partir daí durante um bom tempo na supervisão deste caso, e a escuta do supervisor me foi bastante útil. Mas observo que, por duas vezes, no que acabo de contar, ele antes se confessou incapaz de me dizer qualquer coisa do material que lhe apresentei. É verdade que é comumente bem mais difícil supervisionar o trabalho de um colega mais “verde” que um mais experiente. O fato é que foi a primeira e última vez que vi um psicanalista, ao ouvir o relato de um colega, dizer que não sabe o que dizer, em suma, que não entendeu nada (que soe convincente para ele, suponho, pois quando se quer dizer alguma coisa sempre se acha o que dizer). Talvez o supervisor não fosse um bom analista ou, talvez, pudesse fazer isto por ser muito conhecido na época, como o é hoje: seu nome é J-B. Pontalis.

Mas, talvez, simplesmente fosse alguém que não gostasse de se mostrar afirmativo quando não estava em condições de sê-lo. Anos depois, eu estava de passagem em Paris e, circunstancialmente, fui a uma homenagem para ele, onde o ouvi dizer, em um contexto bem diferente, que “il n’allait pas se payer des mots”, expressão coloquial francesa que literalmente quer dizer “não se pagar palavras” e cujo sentido aproximado é “não vou ficar dizendo qualquer coisa”.

Ora, isso vem de uma pessoa que diz ter uma relação de amor e ódio com as palavras. O amor fica evidente em sua paixão pela literatura e em seu gosto e cuidado com a escrita; já o ódio, escreve ele, é pelas palavras que “esquecem as suas fontes” tomadas por “sua tendência natural à arrogância, ao se tornarem afirmativas”, ao desconhecerem que “sua aparente luz não passa de uma sombra”. Ou ainda: “se ela esquece a perda que ela própria contém, en-

Em nome
de uma certeza
universalmente
partilhável, se
constituem direções,
comitês, imbuídos
do dever de garantir
que estão sendo
seguidas por seus
subordinados
as normas corretas
do bem fazer
analítico.

tão é preciso perdê-la, abandoná-la à sua arrogância. Quando voltarmos a encontrá-la, ela não se ouvirá falando sozinha, se lembrará de sua ausência graças à nossa”⁶. Podemos dizer, em suma, que na análise como na escuta do colega que fala sobre um caso, a linguagem que importa é a que vem da sombra...

Questão da cientificidade e do saber padronizado, universalmente partilhável, ou saber fragmentar, singular, sempre a se produzir na precariedade e na discreta magia dos momentos, são enfoques que estão imbricados, como bem sabemos, com a relação de poder com o analisando, com o ou os supervisandos, assim como nas instituições. Em nome de uma certeza universalmente partilhável, se constituem direções, comitês, imbuídos do dever de garantir que estão sendo seguidas por seus subordinados as normas corretas do bem fazer analítico, de que a psicanálise está sendo ensinada de forma correta,

de que este ensino está sendo bem avaliado, eventualmente mesmo por pesquisas padronizadas aplicadas à população objeto do aprendizado.

Desde o velho e infatigável Ernest Jones, tão pouco amável em sua biografia de Freud com o irrequieto e criativo analista que fora S. Ferenczi, seu ex-analista e além disto o “bem-amado” de Freud, que psicanalistas, não raro em posição de poder institucional, lutam bravamente para enquadrar a psicanálise, os psicanalistas e sobretudo a formação. Para isto se chegou a chamar a tradução da obra de Freud, para o inglês – de qualidade inquestionável – de “Standard” (tradução padrão). Esta foi feita sob o olhar vigilante de Jones, preocupado em tornar Freud “científico”, o mais claro possível de maneira a que não se deixasse margem para interpretações incorretas.

É assim que um psicanalista alemão, J. Junker, explica por que se pode preferir ler Freud na tradução em inglês, na Alemanha; porque é “mais fácil de compreender e parece teoricamente mais correta que o original em alemão”⁷. Neste, diz ele, há palavras que parecem obscuras ou que têm diferentes sentidos conforme o contexto, enquanto que em sua tradução, Stratchey escolhe um único sentido, claro e preciso. R. Steiner, crítico da “Standard edition” das obras de Freud, chama a atenção para “o enorme poder prescritivo desta linguagem ‘estandardizada’, com seu potencial no estabelecimento de uma rede de instituições diretamente concernidas com o ensino e a transmissão da psicanálise”, assim como na “legitimação da profissão de psicanalista”⁸.

Seja Freud, seja outro autor posterior que galvanize o interesse de um grupo de analistas, será inevitável a tensão entre “a correta” compreensão deste e o exercício da influência e do poder institucional sobre os demais e sobre a formação analítica, posta sob sua autoridade.

O poder está na vertente compactante dos projetos egóicos,

Sabemos que
esta contradição essencial
entre formação universitária
e formação analítica
é incontornável,
de forma que uma não tem condições
de substituir a outra.

homogeneizadores e estabilizantes, de natureza narcísica e inclui os ideais, herdeiros do narcisismo, enquanto os efeitos da análise vão na direção do despojamento (do analista e do analisando, do supervisor e do supervisionado) de forma que, retomando a frase com a qual concluo o artigo anterior, haja “a possibilidade de que uma palavra singular seja a cada vez, de novo, encontrada, nas vacilações do ser que nela advém”.

Despojamento de um lugar de saber, note-se, que contraria frontalmente as práticas e exigências cotidianas da vida acadêmica, toda baseada na produção e reprodução do saber constituído e na possibilidade de sustentar formulações por meio de uma fundamentação racionalmente argumentada. Sabemos que *esta contradição essencial entre formação universitária e formação analítica é incontornável*, de forma que uma não tem condições de substituir a outra.

A menos que se caia numa versão obscurantista da psicanálise, indo à contracorrente da forte inserção desta na história da cultura ocidental, essa singularidade não cria,

evidentemente, nenhuma incompatibilidade ou desinteresse no convívio intelectual entre psicanalistas e acadêmicos nem a possibilidade de se ter psicanalistas com atividade acadêmicas e vice-versa.

Especificidade da formação que, além da análise pessoal, em si insuficiente em princípio para fornecer as condições para alguém praticar com alguma chance a psicanálise, a supervisão é a pedra de toque da formação analítica. Insisto no valor central desta prática que consiste em reportar um caso clínico, regularmente, por todo um período, a um colega em quem se tem confiança, e que deve ser retomada, em qualquer momento da experiência clínica do analista, quando este sente necessidade de falar das análises que está conduzindo a um colega que o ouve com uma escuta analítica.

A prática freqüente, regular, constante, dos seminários clínicos, supervisões em grupo, em particular durante a formação, em que os analistas integrantes do grupo se revezam na apresentação de situações de experiência clínica, ouvindo como supervisores seus colegas e

sendo, em outros momentos, ouvidos por eles, é uma prática matricial, digo isto inspirado em P. Fédida, da comunidade dos psicanalistas, como artesãos que trabalham entre si sua improvável arte.

Mesmo ao trabalhar outros textos ou temas, psicanalíticos ou não, esta arte, se estiver bem avivada, poderá com sutileza se insinuar, de início de forma apenas perceptível, com seu tempero e seu odor de enxofre. Um analista poderá admirar o brio e o brilho intelectual eventual de uma demonstração acadêmica bem concatenada, mas, quem sabe, sentirá falta de algo se não encontrar nela os lampejos, o piscar de olhos, os reflexos oblíquos que silenciosos animam e se animam na “magia lenta” do fazer analítico. ■

NOTAS

1. Freud (1890), *Tratamento psíquico*. Résultats, idées, problèmes, Paris, PUF, 1984, pp. 1-23.
2. Freud, S. e Breuer, J. (1895), *Études sur l'hystérie*, Paris, PUF, 1978 p.247.
3. C. Browning, historiador norte-americano, entrevistou 125 dos 250 sobreviventes de um batalhão de 500 homens, batalhão especial da polícia nazista cuja tarefa fora exterminar, durante um ano, várias dezenas de milhares de judeus, na Polônia. Os assassinatos eram feitos pessoa por pessoa, adultos e crianças que eles iam buscar em suas casas, faziam cavar covas e depois os matavam com um tiro na nuca. Tinham, pois, em seu afazer cotidiano contato direto com as pessoas que matavam. A pergunta do historiador é como pessoas comuns, empregados e comerciantes, antes e depois da guerra, puderam dedicar-se a essa rotina de trabalho assassino. Das muitas hipóteses trabalhadas, a que acabou apresentando-se como a mais convincente nesse estudo era que o faziam pelo desejo *de ser parecidos com os membros do grupo em que estavam inseridos* (Browning, 2002).
4. Browning, C. R., “Aquellos hombres grises. El batallón 101 y la solution final em Polónia”, in Viñar, M., *Rev. Bras. de Psicanálise*, v. 39, n. 1, (2002) 2005, pp. 59-75.
5. Freud (1915), *Observations sur l'amour de transfert. La technique psychanalytique*, Paris, PUF, 1975, pp. 116-130.
6. Pontalis, J-B. (1986), *O amor dos começos*, Rio de Janeiro, Globo, 1988.
7. Junker, R., “On the difficulties of retranslating Freud into English”, in *Freud in exile*, Yale University (1988).
8. Steiner, R., “Die weltmachtstellung des britischen reichs”, in *Freud in exile*, Yale University (1988).